

José Nuno Pereira Pinto
pereirapinto-1702p@adv.ao.pt
Advogado e Canonista

Pedro Nuno N. Pereira Pinto
pnpereirapinto-5185p@adv.ao.pt
Advogado

Proc. 9276/12.0TDPRT
9ª Sec.



Exmº. Sr. Procurador da República junto do
DIAP de Lisboa

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO REVOLUÇÃO BRANCA, pessoa colectiva n° 510 307 868, com sede social na Rua Padre Manuel Bernardes, 262 – 4435 Rio Tinto, aqui representada pelo seu Presidente da Direcção, Dr. Paulo Jorge Alves de Melo Romeira, Denunciante no processo em epígrafe, -----
----- vem **Requerer a reabertura do inquérito nos termos e para os efeitos do Art. 279 do C.P.P.**, -----
----- nos termos e com os fundamentos seguintes:

1º

Com o devido respeito, causou perplexidade, na ora Reclamante, a forma como se determinou o arquivamento da participação epigrafada.

2º

De facto, com todo o respeito, não se compreende como foi o processo tratado de forma tão ligeira e displicente e, sobretudo, como se fundamenta um despacho de arquivamento com não argumentos, não enquadramentos e vulgares argumentos económicos e jurídicos,

3º

liminarmente se arquivando, sem se tentar recolher uma mínima prova daquilo que, parcimoniosamente se escreve, não se ouvindo testemunhas arroladas nem se indagando os factos alegados.

4º

Daí que se apresente o presente requerimento, onde se juntam provas documentais do alegado, de modo a que se reabra o processo, tão impertinentemente arquivado, para que se produzam provas, se ouçam testemunhas, se recolham elementos, se inquiram potenciais responsáveis e depois, sem dúvidas para ninguém de que foi feito o que era de fazer, se decida em conformidade, com o que ficar apurado.

5º

Esta é a única forma de se tratar qualquer processo-crime, e muito mais um desta gravidade, sob pena de se sujeitar o Ministério Público, como um todo e como instituição, a uma série de comentários e até suspeitas, eventualmente erradas e despropositadas, mas legítimas, pois que nenhum esforço existiu, para se investigar fosse o que fosse.

6º

O conteúdo do ponto II, do despacho de arquivamento, faz-nos suspeitar que se arquiva o processo, sem se atentar ao conteúdo da queixa.

7º

Daí que vamos reiterar extractos da mesma para que não haja dúvidas de que se relatam factos, situações identificáveis e indícios de que algo de mal se passou, em terras lusas, nos últimos anos. Está escrito na Participação apresentada:

8º

“Sabe-se, agora, sendo um facto público, notório e ostensivo que, pelo menos desde finais da década de 90 do século passado, os poderes políticos e órgãos de soberania com responsabilidade na condução do País, estavam a ignorar as mais básicas regras de boa governação, tendo sido alertados para o facto por sinais internos dos organismos de controlo das contas do Estado e suas finanças públicas.”

9º

“Portugal é, economicamente um regime de protectorado da União Europeia, Fundo Monetário internacional e Banco Central Europeu. Tal é facto público e notório, assente por todos.

10º

“Tal implica uma real perda de soberania sobre a Mãe Pátria e coloca em risco a total independência do País (...) a qual se revela na soberania que é una e indivisível. (Art. 3 da C.R.P.).”

11º

“Logo sendo afectada uma parte de si, o seu todo é igualmente afectado, deixando tal independência de existir.”

12º

Tais factos são públicos e notórios. Como públicos e notórios são as suas consequências.

13º

Os sinais internos dos organismos de controlo do Estado e Finanças Públicas são fáceis de obter, muito mais pelo M.P., quer junto do Tribunal de Contas (por razões óbvias), quer junto do Banco de Portugal, quer junto das comissões e unidades técnicas de acompanhamento orçamental.

14º

O Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas, em 2007, dizia: *Os objectivos de redução da dívida pública, sendo um elemento da estabilidade económica e financeira, impõem-se ainda como forma de prevenir um esforço fiscal injusto imposto às futuras gerações, “Nada mais actual face ao estado das coisas neste mesmo momento e com o recente projecto de orçamento de estado para 2013.*

15º

E existiram claros sinais externos, como p.ex. o *Comité Económico e Financeiro da União Europeia, aquando da discussão do Orçamento português de 2000, junto dos membros do governo de então, terá referido: “até agora foi assim, mas vamos mudar de vida”, alertando para os riscos de endividamento e despesa pública, já então, intoleráveis e insuportáveis.*

16º

A OCDE, desde 2008, critica a opacidade dos Orçamentos de Estado, apresentados em Portugal.

17º

E António Nogueira Leite e Paulo Ferreira escrevem: *"Ainda houve a tentativa do ministro das Finanças, Pina Moura, de propor uma série de medidas para a redução da despesa, que acabou por dar em nada... Assisti muito às discussões. Todos estávamos de acordo, ele, eu o Manuel Baganha (secretário de Estado dos Assuntos Fiscais) e o Fernando Pacheco (secretário de Estado do Orçamento) que era preciso alterar radicalmente a evolução das finanças públicas e que a despesa estava incontrolável. Aliás, coincidente com esse período, Cavaco Silva escreveu o seu artigo sobre o "monstro" em que se tinha transformado o Estado e as notas que estão nesse texto só podiam ser para o Fernando Pacheco e para mim: "eu sei que no Ministério das Finanças há quem perceba a gravidade do que está a acontecer". Uma tragédia portuguesa, Lua de papel, (2010).*

18º

É facto que, em Abril de 2002, um então primeiro-ministro, num debate na Assembleia da República, aquando da discussão do Programa do Governo, diz: "O País está de tanga!" Logo, a gravidade do problema e a seriedade do mesmo era mais que conhecida, bem como o seu inevitável desfecho.

19º

A verdade, porém, é que nenhum político ou titular de cargos políticos, com poderes de decisão, tomou qualquer real medida para resolver uma situação, sabe-se, agora, que já impunha uma dramática mudança de rumo para Portugal.

20º

Foi incompetência? Foi má governação? Foi uma acção/omissão negligente? Foi, antes dolosa? Investigue-se! Pura e simplesmente investigue-se e que se encontrem respostas, sejam elas quais forem.

21º

Mas não se partam de axiomas perigosos, redutores e desprestigiadores para as funções constitucionais do M.P., como sendo dizer-se que não compete ao M.P. "sindicar a actividade política em geral".

22º

A política em geral, não. Mas o estado calamitoso a que chegou Portugal, SIM.

23º

Como todo o jurista bem sabe, com um mínimo de prática processual e de investigação, se se tratasse de denúncia de um crime de burla, económico, patrimonial ou até de violência doméstica ou maus tratos e abuso de menor, com idênticas referências à participação destes autos, tal seria mais que bastante para se abrir um processo-crime, se ouvirem os responsáveis e se decidir, a final, sobre a acusação ou não.

24º

No caso concreto, trata-se de avaliar uma situação de facto: a calamidade e perda de soberania em que caímos, que é um facto ostensivo, público e notório, que não carece de prova, e saber se há ou não responsáveis criminais (não políticos) que levaram a este estado de coisas.

25º

Nada mais simples. Não se argua com separação de poderes ou órgãos de soberania, o que nem se entende, pois o M.P. não é órgão de soberania, logo tal princípio é inaplicável. Investiguem-se os factos e concluam se há ou não culpados.

26º

Existiram culpados na gestão das contas públicas do País?

27º

Porque foram ignorados os avisos de entidades oficiais nacionais, europeias e inclusive vozes doutas e reputadas em Portugal pelos governantes e eleitos?

28º

O que revela os actos e decisões tomadas: o bem comum ou o benefício de alguns?

29º

Os eleitos tinham poderes que podiam ter mudado o rumo das coisas? Utilizaram os mesmos? Tal atitude (passiva/activa) foi legítima?

30º

Juridicamente inaceitável, porque rigorosamente impertinente, ilegal e incompreensível à Luz do Direito e da Lei do Processo, é ainda a conclusão que consta no despacho de arquivamento, quando o Mº. Pº. conclui, que não existe perda de Soberania com o actual "Memorando de Entendimento sobre as condicionantes de Política Económica" vulgo "memorando da Troika".

31º

É legalmente vedado ao M.P. tal conclusão, uma vez que a mesma milita contra um facto publico e notório, ostensivo, que não carece de prova, nem admite prova em contrário: "*O Memorando de Entendimento sobre as condicionantes de Política Económica*" em Portugal ditou claramente uma perda de soberania nacional, perda que é reconhecida por todos, desde Órgãos de Soberania, como o Governo ou a Assembleia da República, até ao cidadão comum das ruas.

32º

E se é grave os governantes reconhecerem essa perda, pois tal é criminoso, mais grave é, face a esses reconhecimentos, não se aferir se existe responsabilidade penal de alguém nesse desfecho.

33º

Em verdade, não existe nenhuma "situação legal e constitucionalmente legitimada", muito mal tendo andado o M.P., confundindo conceitos de legitimações.

34º

A presente situação de bancarrota e de perda de soberania estará politicamente legitimada: foi o povo que votou em sucessivos governos que nos conduziram a este triste fim, os quais negociaram o memorando que nos retirou soberania.

35º

Porém, tal legitimação cai por terra, porque é impossível de legitimar constitucionalmente uma situação que viola os princípios mais básicos dessa mesma Constituição, Lei Fundamental, como o princípio da Soberania Plena dum Estado. Logo, têm de existir responsabilidades.

36º

É impossível, juridicamente, o Mº. Pº sustentar que a presente situação é constitucionalmente legitimada. Não, não o é. A presente situação não é nem constitucional nem legalmente legitimada.

37º

Não se pode legitimar, com a constituição, a derrogação da mesma, dum seu princípio que é o princípio basilar da existência de um Estado: A Soberania. Não há legitimação possível para as condutas que levem à derrogação de tal princípio.

38º

Este é o *quid* da posição tomada pelo Mº. Pº. Não pode suportar-se em alegadas legitimações para fundamentar a sua inacção. Não pode. Tanto mais que é patente a inconstitucionalidade e ilegalidade da situação em que caímos.

39º

Somente se pede que se investigue se há culpados. Se sim, que se apurem, se não que se archive, mas sem que persistam dúvidas de que o Mº. Pº cumpriu com as suas funções: defesa da legalidade.

40º

E não se argumente, de forma tão básica, como se argumenta a VI do despacho de arquivamento.

41º

Ao Mº Pº. pede-se mais ousadia e frontalidade, do que um mero discurso do "estado das coisas" de que a culpa externa é do sistema e a culpa interna morre solteira.

42º

A culpa é nossa, é de Portugal e dos seus governantes em primeiras e últimas instâncias, ainda que tenha existido uma dada conjuntura externa.

43º

Consultem-se orçamentos, planeamentos, contratos, receitas, despesas, proveitos, ónus, documentos de execução orçamental, alerta de instituições, aviso de entidades, etc..

44º

Efectuem-se perícias a tais documentos.

45º

Tudo à luz do raciocínio e princípios do Homem Médio, do Bom Pai de Família, a única bitola, legal aliás, que nos pode guiar.

46º

E conclua-se, após tal investigação, o que se tiver de concluir.

47º

E não se confundam conceitos e responsabilidades como o Mº. Pº faz no seu ponto VII.

48º

Não se trata, nesta denúncia, dum crime de traição à pátria, p.p. nº artº. 308º do C. Penal, que está em causa. Tal é aplicável ao homem comum.

49º

É antes o enquadramento legal, p.p. no artº. 7º da Lei 34/87, aquele que é aplicável aos titulares de cargos de políticos.

50º

E, como é óbvio, o dolo que possa ter existido não necessita de ser directo. Poderá ter sido eventual, o que, em si, continua a configurar a forma de vontade mais grave (dolosa) do agente no *Iter Criminalis* plasmado no nosso Código Penal.

Uma última palavra, para o que só pode ter sido um lapso, ainda que sem se saber muito bem como se caiu nele, quanto ao enquadramento jurídico do despacho de arquivamento no seu ponto VIII: A presente queixa é tudo, menos anónima. Logo é inconcebível determinar-se um arquivamento nos termos e para os efeitos do Art. 246º nº 5 al. a) do C.P.P.

Termos em que e nos mais de direito se requer seja reaberto o presente inquérito, nos termos e para os efeitos do Art. 279º nº 1 do C.P.P., prosseguindo os autos os seus ulteriores termos processuais de produção de prova.

Prova que se junta quanto aos factos alegados:

TESTEMUNHAL:

1 – **LUÍS SOUSA**, a ser citado para RCP Edições, Pr. João Martinho de Freitas, 360 6D – 2750-388 Cascais;

2 – **JOÃO TRIÃES**; a ser citado para RCP Edições, Pr. João Martinho de Freitas, 360 6D – 2750-388 Cascais;

3 – **MARIA DE LURDES VALE**, a ser citada Gradiva Publicações, S.A. – Rua Almeida e Sousa, 21 – r/c esqº - 1399-041 Lisboa;

4 – **CARLOS MORENO**, a ser citado para Caderno, Edições Leya – Rua Cidade de Córdoba, nº 2 – 2610-038 Alfragide;

5 – **PAULO FERREIRA**, a ser citado para Edições Leya, Rua Cidade de Córdoba, nº 2 – 2610-038 Alfragide

6 – **ANTÓNIO DO PRANTO NOGUEIRA LEITE**, a ser citado para Caixa Geral de Depósitos Av. João XXI, 63, 1000 - 300, Lisboa;

7 – **JOÃO PEDRO MARTINS**, a ser citado para a Rua Amélia Rey Colaço, 40 S/24 – 2790-017 Carnaxide;

8 – **ABEL L. COSTA FERNANDES**, a ser citado para Edições Almedina, S.A., Av. Fernão Magalhães, 584 – 5º - 3000-174 Coimbra;

9 – **HENRIQUE MEDINA CARREIRA**, a ser citado a TVI, R Mário Castelhana 40, Queluz Bxº, BARCARENA, Lisboa 2730-120, Oeiras

DOCUMENTAL:

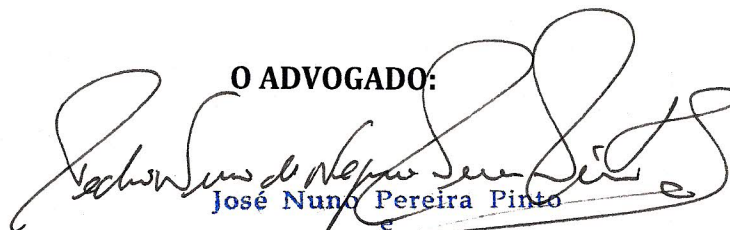
As seguintes obras cuja leitura é reveladora da situação em que vivemos, das suas origens e consequências e que têm por base documentação oficial que deverá ser recolhida:

1) **CARREIRA, Medina** (2011). O fim da ilusão, Editora Objectiva;

2) **CRUZ, Carlos Oliveira; MARQUES, Rui Cunha** (2012). *O Estado e as Parcerias Público-Privadas*, Edições SÍLABO;

- 3) DIÁRIO de NOTÍCIAS (2011). *O estado a que o Estado chegou*. Gradiva Publicações;
- 4) DIÁRIO de NOTÍCIAS (2011). *O estado do Parlamento e as contas da Presidência da República*. Gradiva Publicações;
- 5) FERNANDES, Abel L. Costa (2010). *A economia das finanças públicas*, Edições Almedina;
- 6) LEITE, António Nogueira; FERREIRA, Paulo (2010). *Uma tragédia portuguesa*, Lua de papel;
- 7) LOPES, José Mouraz, (2011). *O espectro da corrupção*, Edições Almedina;
- 8) MORENO, Carlos (2010). *Como o Estado gasta o nosso dinheiro*, Caderno;
- 9) MARTINS, João Pedro (2011). *Suite 605*, Associação Editorial Nexo Literário;
- 10) ROSA, Bárbara; MARQUES, Rui Oliveira (2012). *Má despesa pública*, Alêtheia Editores;
- 11) SOUSA, Luís; TRIÃES, João (2008). *Corrupção e os Portugueses – Atitudes, Práticas e Valores*, RCP Edições;
- 12) SOUSA, Luís (2011). *Corrupção*, Fundação Francisco Manuel dos Santos;

O ADVOGADO:



José Nuno Pereira Pinto

Pedro Nuno N. Pereira Pinto

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Matricula na O. A. n.º 17-95

Cont. Nº 503 758 256

Telefs. 229375819/229387473

Fax 229387473

Rua de Brito Capelo, 598-3º s/3

4450-067 MATOSINHOS